



## Principais alterações no ISS/SP com a edição da Lei 13.476/02

Como vem se verificando com irrisória contumácia, todo o início de ano temos inúmeras alterações em nosso ordenamento tributário. A quase totalidade dessas alterações diz respeito à majoração da carga fiscal.

A Cidade de São Paulo, no quesito "aumento de carga tributária", tem se mostrado imbatível. Nos estertores do ano de 2002, através da Lei Municipal 13.476, editada em 30.12.02, foram introduzidas substanciais alterações na sistemática do ISS – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, sendo que deve ser ressaltado que tais alterações atingem apenas os profissionais que prestam serviços na Cidade de São Paulo.

A relevância do assunto faz-se presente por dois aspectos: um, pelo elevado número de médicos que prestam seus serviços na capital paulista; outro, pela repercussão dessas medidas em nível nacional. Pois, se na maior cidade do País, com maior estrutura jurídica, foi possível alterar-se de for-

ma substancial a incidência do tributo, certamente, para o próximo exercício, inúmeras outras cidades brasileiras trilharão o mesmo caminho.

Como já abordado em edições anteriores, os profissionais da área da saúde, pagavam a título de ISS, a importância anual de R\$ 202,54. A mesma carga tributária era experimentada, por força do Poder Judiciário, pelas denominadas "sociedades uniprofissionais", ou seja, as sociedades onde todos os quotistas, são da mesma profissão; por exemplo: as sociedades onde todos os sócios são médicos (independente da especialidade).

Entretanto, a grande maioria de prefeituras mostra-se resistente em aceitar o entendimento do Judiciário em equiparar, para efeito fiscal, o profissional e as sociedades uniprofissionais.

Algumas prefeituras brasileiras possuem o "entendimento", que estas devem ter número limitado de sócios – absurdo.

Porém a alcaide paulistana resolveu a questão com o *inestimável* apoio dos vereadores que lhes são subservientes. Como sempre, a solução passa pelo bolso de quem produz, no nosso caso pelo bolso dos médicos (os advogados estão na mesmíssima situação).

Nos termos do novo texto legal aqui citado, cada profissional autônomo pagará, anualmente, a Prefeitura Municipal de São Paulo a importância de R\$ 600,00. Já as sociedades de profissionais, da mesma profissão ou não, foram contempladas com outro tipo de tributação. Para cada profissional, prestador de serviço ou não, independente de ser ele sócio ou empregado, pagará, anualmente, a importância de R\$ 1.200,00 (hum mil e duzentos reais). A alternativa oferecida pela municipalidade paulistana é o pagamento de 2% (dois por cento) sobre os serviços prestados.

Deve ser lembrado que o não recolhimento de ISS sobre o exercício profissional, poderá acarretar duas consequências: a imposição de multa, que pode chegar a até 200% do valor não recolhido e; a outra, na necessidade de ter-se o comprovante de recolhimento de tal tributo para que se possa requerer a aposentadoria por tempo de serviço. Poucos sabem, mas é condição indispensável para a obtenção da aposentadoria do autônomo ou liberal, a comprovação do recolhimento do ISS de todo o período.

A sanha arrecadadora imposta à população que vive ou trabalha na cidade de São Paulo, não se restringe somente a essa nova sistemática. A Municipalidade, ao apagar das luzes do exercício passado, além de majorar em até 25% o IPTU, criou mais duas novas taxas.

Uma, aparentemente insignificante, foi a criação da "Taxa de Iluminação", no importe de R\$ 3,50, ao mês, para consumidores residenciais e, R\$ 11,00, ao mês, para consumidores não residenciais. O pândego da lei que instituiu essa nova taxa, Lei Municipal 13479/2002, é que só estão sujeitas a ela, segundo o artigo 3º o "contribuinte que possua ligação elétrica regular ao sistema de fornecimento de energia". Vale dizer, que os felizes proprietários de ligações irregulares, os denominados "*gatos*", estão isentos do novo imposto. Fantástico, houve o reconhecimento oficial do gatil, também conhecido por balaio de gatos.

A outra nova taxa criada, que deve fazer lembrar aos profissionais da saúde, critério na hora de votar em seus candidatos, foi a "organização do Sistema de Limpeza Urbana do Município de São Paulo", a já popularmente batizada "Taxa do Lixo".

Pois bem, essa nova lei, com 250 artigos, criou uma taxa mensal, tendo por base a geração potencial de lixo, sendo que o lixo é dividido em três categorias: o residencial, o hospitalar e; os originários de feiras livres e mercados. Porém esses novos encargos impostos aos munícipes paulistanos serão abordados oportunamente.

Dr. Antônio Luiz Bueno Barbosa é  
assessor jurídico do CBR